



**Centros-que-têm-periferias
e periferias-que-têm-centros:
Raúl Prebisch**

Carlos Mallorquin



resumo

A primeira parte deste texto questiona a ideia hegemônica na América Latina e na Europa quanto à postura de Prebisch sobre a paternidade e o papel que deve ter a industrialização, um aspecto que inibiu os historiadores de observarem a postura cautelosa que apresenta o argentino a esse respeito. Na sequência, será realizada a crítica ao conceito de excedente que forma parte da evolução do pensamento de Prebisch a partir dos primeiros anos da década de 1970. Insiste-se que sua inviabilidade teórica não tem graves consequências para a narrativa que explica a pugna distributiva, uma vez que Prebisch resolveu esse aspecto teórico-político entre 1945 e 1949. O vocabulário em torno da heterogeneidade estrutural, propugnada ao longo do livro *Capitalismo periférico – crisis y transformación* (1981), excede as seções dedicadas à pugna distributiva desenvolvida por meio do conceito de excedente.

Palavras-chave: América Latina; Raúl Prebisch; excedente; centro; periferia.

abstract

*The first part of this text questions the hegemonic idea in Latin America and Europe regarding Prebisch's stance on paternity and the role that industrialization should have, an aspect that has inhibited historians from observing the cautious stance that the Argentine presents in this regard. Next, a critique will be made of the concept of surplus that forms part of the evolution of Prebisch's thought from the early 1970s onwards. Since Prebisch resolved this theoretical-political aspect between 1945 and 1949. The vocabulary around structural heterogeneity, advocated throughout the book *Capitalismo periférico – crisis y transformación* (1981), exceeds the sections dedicated to the distributive struggle developed through that concept of surplus.*

Keywords: Latin America; Raúl Prebisch; surplus; center; periphery.

A

renúncia de Prebisch ao segundo mandato do Secretariado da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1º de março de 1969 marca uma importante virada existencial: tendo vagado por quase seis anos fora da América Latina como secretário-geral das UNCTAD I e II, ele desejou repensar sua própria trajetória pública, bem como suas ideias (Dosman & Pollock, 1999). No último terço do ano de 1968, surgiu uma alternativa, com o convite de Felipe Herrera, então presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a elaboração de um relatório que foi publicado em 1970: *Transformación y desarrollo. La gran tarea de América Latina*. Paralelamente, Prebisch vinha organizando sua visita à Columbia University para os meses de fevereiro e maio de 1971. Almejava distanciar-se de um discurso limitado pelas instâncias técnicas e burocráticas dos organismos internacionais.

Retrospectivamente, intui-se a repensar o que significavam as suas ideias sobre desenvolvimento e a clarificar a sua própria visão.

Inicialmente este processo pode ser percebido, sob uma modalidade catártica, em algumas conversas com Mateo Magariños, que lhe confessou dois anos antes o desejo de fazer uma biografia dele. Finalmente, em 8 de dezembro de 1971¹, a tão esperada entrevista foi conseguida, na qual percebemos que ele não se reconhecia e muito menos se identificava com toda aquela algazarra discursiva em torno da “teoria da substituição de importações”. Empreendeu então um itinerário teórico para repensar o “capitalismo periférico” de forma a “interpretar o seu significado e

Tradução do espanhol de Anderson Geraldo Teixeira Floriano.

1 Magariños (1991, p. 178) diz: “cinquenta e nove horas e cinquenta e cinco minutos”.

CARLOS MALLORQUIN é professor da Universidade Autónoma de Zacatecas (México).

assim contribuir para o desenvolvimento de uma teoria da transformação da ordem das coisas existentes” (Prebisch, 1976, p. 8) ou o que, em *Capitalismo periférico: crisis y transformación* (1981), denomina-se “uma teoria global do desenvolvimento”:

“O avanço tem sido longo e difícil e muitas vezes interrompido pelas obrigações da prática. E assim as ideias foram se sedimentando e adquirindo consistência até se materializarem no presente esforço. Trata-se agora de articular uma teoria global do desenvolvimento que insira essas sucessivas contribuições teóricas e vá além do campo convencional da economia para integrar outros elementos muito importantes. Sem ele não seria possível interpretar corretamente os fenômenos complexos da realidade. Interpretá-los, sobretudo, a fim de abrir caminho para a transformação do sistema” (Prebisch, 1981, p. 26)².

2 Mais tarde, em outra análise, Prebisch ainda diria: “Sempre houve um excedente; a práxis do sistema não tem seguido as teorias convencionais, por mais que se apregoe sua validade. A solução do problema consiste sobretudo em fazer com que o excedente desempenhe o mais eficazmente possível o seu papel dinâmico, ou seja, consiga elevar a taxa de acumulação e empregar o aumento da força de trabalho com produtividade crescente e rendimentos cada vez mais elevados, como aquele que tem sido relegado com menor produtividade na base da estrutura da sociedade. O uso social do excedente econômico é imposto. [...] Isso requer uma regulação macroeconômica da taxa de gasto e da taxa de acumulação, ou seja, não destinar ao consumo presente o grão que deve ser separado como semente para expandir a produção. O excedente vai aumentar para que os grupos sociais agora favorecidos no sistema possam aumentar sua acumulação? Ou a acumulação estaria concentrada nas mãos do Estado? Ou a força de trabalho estará envolvida no processo, desenvolvendo assim a difusão social do capital? Essas são questões fundamentais da transformação do sistema para que a eficiência dinâmica e a equidade distributiva sejam plenamente alcançadas” (Prebisch, 1985, pp. 67-8).

Não cabe aqui discutir “a teoria da transformação” ou a transição para o socialismo, mas examinarei o conceito de “excedente” e a “luta distributiva” na sociedade de consumo periférica entre os “estratos superiores” (que possuem os meios de produção) e os “inferiores”. Primeiramente, apresentarei a rejeição do mito de sua participação na geração do discurso sobre a industrialização por substituição de importações (“Não existia esse modelo!”) para, em seguida, tentar elucidar a noção de “excedente”, um conceito inédito em Prebisch (“A quimera do excedente”), o qual considero um retrocesso teórico dadas as críticas que vinham sendo feitas ao pensamento econômico na segunda metade da década de 1940, especialmente a Ricardo e Marx. Porém, nas “Conclusões”, reiterarei a discussão e destacarei alguns frutos do avanço teórico do octogenário Prebisch.

Veremos que o que incomoda Prebisch não é tanto a incorreção histórica da paternidade teórica sobre a industrialização – uma representação totalmente estrangeira –, mas sim o caráter pedestre³ da concepção em questão e, portanto, uma manobra quase desrespeitosa para aquele cuja crítica excêntrica (em todos os seus sentidos: periférica) do pensamento econômico havia eclipsado as limitações eurocêntricas. Por outro lado, do meu ponto de vista, o aparecimento e uso do “excedente” denunciam o fruto do progresso teórico anteriormente alcançado: sinteticamente, a instabilidade do conceito distorce, se não impede, conceituar consistentemente a taxa de lucro, bem como a própria lógica de acumulação na periferia, já que o “exce-

3 Vocabulário de Prebisch, ao se referir à teoria da dependência.

dente inclui os lucros das empresas, os juros do capital que elas pagam e a amortização do capital fixo” (Prebisch, 1976, p. 35)⁴.

NÃO EXISTIA ESSE MODELO!

Em primeiro lugar, esclarece Prebisch: “Nem a criação da Cepal foi ideia minha, nem a criação da UNCTAD foi ideia minha. Simplesmente subi no comboio quando já estava a correr” (apud Magariños, 1991, p. 153). A data do famoso “Manifesto” em 1949 (*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*) apresentava explicitamente a síntese de uma reconstrução teórica pessoal, cuja marcha remonta a 1943, quando foi demitido da direção do Banco Central da Argentina (Mallorquin, 2013). Posteriormente tocaremos na narrativa do período apenas para destacar os melhores momentos teóricos e a supressão de seus efeitos positivos com o surgimento do conceito de “excedente” e sua proposta de uma “teoria global do desenvolvimento” e “transformação do sistema”.

Em 1944, mencionando Alejandro Bunge como “o primeiro apóstolo da industrialização” (Prebisch apud Mallorquin, 2006) e seu grupo na Argentina, Prebisch alerta para as dificuldades de adaptação ao regime centro-periferia sem uma política monetária bem elaborada:

“É comum entre nós acreditar que o crescimento industrial do país nos torna menos vulneráveis

à ação desses fatores de perturbação internacional. A crença não é totalmente fundamentada. Vou demonstrar [...] que o crescimento industrial *poderia* nos tornar menos vulneráveis, mas se o país continuasse operando no clássico padrão-ouro, o crescimento industrial nos tornaria mais vulneráveis do que antes” (Prebisch, 1944a, grifos do autor)⁵.

De fato, o “Manifesto” de 1949 apresenta uma seção dedicada aos “limites da industrialização” para pensar os “objetivos sociais” do processo de desenvolvimento proposto, aliás, observe-se abaixo as reminiscências do referido parágrafo com as do “Manifesto”:

“É necessário, portanto, buscar outro tipo de medidas para evitar as consequências mais agudas do ciclo na atividade interna de nossos países. Acima de tudo, convém descartar a ideia de que *o próprio desenvolvimento industrial os tornará menos vulneráveis a estes fenômenos*. As exportações precisariam atingir uma proporção muito pequena da renda nacional para que isso acontecesse. Mas, nesse caso, um país já teria deixado de ser periférico para se tornar um centro cíclico: e mesmo que sua vulnerabilidade externa tivesse diminuído, ele teria adquirido, em vez disso, aqueles elementos típicos, inerentes ao sistema, que causam a movimento ondulatório dos centros” (Prebisch, 1982a, p. 144, grifos do autor)⁶.

4 “[...] a diferença entre excedente e lucro. O conceito de excedente também inclui os juros do capital das empresas das quais eles surgem” (Prebisch, 1981, p. 57); “inclui lucro, juros sobre o capital e aluguel do solo ao mesmo tempo” (Prebisch, 1985, p. 69).

5 Cf. Prebisch (1991a, p. 279).

6 “Estamos bastante inclinados a acreditar que o desenvolvimento industrial *tornará mais visíveis* as consequências do ciclo, ao acentuar o movimento oscilatório do emprego nas áreas urbanas. [...] *a indústria, como já foi dito, evidenciará a vulnerabilidade da periferia* às flutuações e contingências do centro” (Prebisch, 1982a, grifos do autor).

Assim, em meados da década de 1940, Prebisch defendia que os problemas de política econômica não deveriam ser pensados em termos abstratos (Prebisch, 1991b, pp. 139-40); era importante diferenciar uma política de restrição de importações decorrente da queda do padrão-ouro ou da moeda depreciada daquela que é realizada deliberadamente em um regime de controle cambial que não tem fins protecionistas, “mas para regular importações” (Prebisch, 1991b, pp. 136-37)⁷; igualmente considerava como “absurda” a “autarquia”, bem como o “livre-comércio” (Prebisch, 1991b, pp. 137-8)⁸.

No entanto, em 1949, a “política industrial” aparece enclausurada em um discurso em torno do “objetivo de elevar o padrão de vida das massas” (Prebisch, 1982a)⁹, assumindo um processo de desenvolvimento, ou seja: a transformação da divisão técnica, social e geográfica do trabalho, que só faz sentido se for parte de um projeto “social”. Prebisch explicitamente sublinha:

“Ao contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa *cumprir a finalidade social* de elevar o nível de vida é dispor do melhor equipamento de máquinas e instrumentos e aproveitar prontamente o progresso técnico, na sua renovação regular. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. [...]”

7 “Seria um erro produzir a custos exorbitantes a maquinaria de que um país necessita [...]” (Prebisch, 1991b, p. 138).

8 “Se, para *fins sociais*, se trata de maximizar a renda real, as *considerações anticíclicas não podem faltar em um programa de desenvolvimento econômico*” (Prebisch, 1982a).

9 “Eleva[r] progressivamente o padrão de vida das massas” (Prebisch, 1982a).

Nem tudo, no entanto, é sobre aumentar a produtividade. Alocar uma parte exagerada de seu aumento para aumentar o consumo ou reduzir prematuramente o esforço produtivo poderia conspirar *seriamente contra o propósito social da industrialização*. Temos insistido em que, para alcançar esse aumento de produtividade, é necessário aumentar significativamente o capital por homem e adquirir a técnica de seu uso efetivo. Essa necessidade é progressiva. Com efeito, quando os salários geralmente aumentam, devido à maior produtividade da indústria, o mercado de trabalho gradualmente se expande a outras atividades, obrigando-as a usar mais capital por homem, a fim de obter maior produtividade, sem a qual não poderiam pagar salários mais altos” (Prebisch, 1982a, pp. 101 e 109, grifos do autor)¹⁰.

O processo de desenvolvimento envolveu reformas na esfera fiscal e de uso da terra. Assim, no final da década de 1960, Prebisch reitera sua posição regional sobre a evolução de longo prazo da América Latina e a importância da integração:

“As pessoas acreditam que defendemos a substituição de importações como parte integrante da teoria do desenvolvimento latino-americano. E isso não é exato. [...] Não é exato! [...] creio que no relatório de 1949 [...] estabelece-se a teoria da necessidade de *integração para superar o obstáculo de mercados relativamente mais estreitos*, como elemento fundamental para acelerar o ritmo

10 “É preciso definir com precisão o objeto perseguido pela industrialização. [...] *a consecução do fim social almejado*” (Prebisch, 1982a, p. 105).

de crescimento. Esta tese já se encontra em estado embrionário no relatório de 1949. [...] mas quando é substituído e passa de bens de consumo para outros bens, encontram-se dificuldades cada vez maiores. E é então que reforçamos nossa tese de integração e exportação de manufaturas. E começamos a falar sobre a exportação de manufaturados antes de 1955. [...] Ainda assim, as pessoas continuam associando a Cepal ao que chamam de “modelo de substituição de importações. Que diabos! Esse modelo não existia!” (Prebisch apud Magariños, 1991, pp. 147-8, grifos do autor).

“Já no relatório de 1949 se falava da necessidade de intercâmbio recíproco entre os países latino-americanos, e logo depois começaram a falar em exportações industriais. E essas ideias favoráveis à exportação de manufaturas são as que levaram à penetração do pensamento da Cepal na UNCTAD. Essa é a história. Dizer que tivemos ‘um modelo de substituição de importações’ quando fomos os primeiros a falar em troca recíproca entre os países latino-americanos e exportação de manufaturas para o resto do mundo, é distorcer, desfigurar o pensamento que temos tido” (Prebisch apud Magariños, 1991, pp. 149-150)¹¹.

11 No Uruguai, em 1954, “concebeu-se a necessidade de um comitê [...] não foi possível continuar comprimindo o coeficiente de importação [...] Como expandir os mercados? [...] as exportações industriais para o resto do mundo serão um processo longo e difícil. Vamos começar pelo desenvolvimento do comércio recíproco. Isso irá expandir mercados, reduzir custos e permitir a competição com o resto do mundo” (Prebisch apud Magariños, 1991, pp. 150-1). Quando o Tratado de Montevidéu “foi assinado pela Cepal” dá[ria] “impulso à ideia de “um verdadeiro mercado comum latino-americano, [...] a ideia estava começando e era uma grande oportunidade para a Cepal” (Prebisch apud Magariños, 1991).

No diagnóstico econômico da região apresentado no *Transformación y desarrollo: la gran tarea de América Latina*, em 1970, o mais notável é o surgimento do conceito de “insuficiência dinâmica”¹² como eixo central para tentar explicar o lento processo de “absorção” das massas deixadas para trás na periferia e, portanto, o imperativo de aumentar o ritmo de crescimento para conseguir sua “absorção”. Mas a intensificação do progresso técnico implicou o deslocamento da mão de obra da esfera produtiva, tanto a empregada como “redundante”, sobretudo do campo – agricultura –, que por sua vez se transferiu para as cidades, concentrando-se em áreas sem os correspondentes serviços sociais, “marginalizadas” nas “favelas”: na “periferia da periferia”. Prebisch chegou a falar conceitualmente sobre certa tecnologia que, embora os frutos do progresso técnico aumentassem, sua taxa de expulsão de mão de obra poderia ser compensada por um maior rendimento por unidade de terra, diferenciando “entre técnicas que economizam mão de obra e aquelas que aumentam o rendimento por unidade de terra. A linha divisória nem sempre é precisa porque a mecanização às vezes também influencia os rendimentos, especialmente quando encurta a duração das tarefas e reduz o risco de contingências meteorológicas” (Prebisch, 1970, p. 103).

Para concluir:

“Atingir um ritmo de desenvolvimento que permita uma resposta clara e razoável ao

12 “A insuficiência dinâmica não é um fenômeno episódico, mas a expressão da profunda crise da fase de desenvolvimento que se inicia na grande depressão mundial dos anos 1930” (Prebisch, 1970, pp. 22-3).

problema da redundância de mão de obra – vista sob a ótica dos gargalos externos – requer a aplicação complementar de medidas de política de exportação de manufaturas na região e no exterior da América Latina e, ao mesmo tempo, medidas de cooperação financeira internacional em condições muito mais favoráveis do que no passado” (Prebisch, 1970, p. 119).

Por outro lado, o processo de “absorção” das massas atrasadas sustenta a razão de desenvolver-se um projeto de constituição de um mercado comum latino-americano e de ampliação das áreas produtivas e de circulação, cujas primeiras experiências na América Central apresentaram resultados positivos, mas Prebisch não confunde mercado comum com integração regional:

“[...] na marcha progressiva rumo ao mercado comum e em sua organização definitiva, não é possível pensar que decisões importantes para o desenvolvimento econômico e social de cada país-membro devam ser subordinadas ao governo da maioria, em detrimento da soberania de qualquer país. Tudo terá de estar sujeito a acordo [...] essas considerações me levam a lidar com outra objeção que também costuma surgir quando se discute esse assunto. Há quem, com sentido visionário, tenha sonhado com a unidade política da América Latina desde os tempos de Simón Bolívar [...] Qualquer que seja seu mérito e qualquer que seja seu potencial de realização, não deve ser confundido com o conceito de mercado comum. Como foi proposto na América Latina, o mercado comum não tem desenho político. Mas se alguma vez fosse plenamente estabelecida, não há dúvida de que a estreita cooperação latino-americana

no campo econômico poderia constituir – se os governos assim o decidirem – uma base sólida para alcançar a unidade política. Contudo, por que discutir a partir de agora o que, de qualquer modo, corresponderia às gerações futuras? O funcionamento efetivo do mercado comum latino-americano é muito bem concebido independentemente de qualquer conceito de unificação política” (Prebisch, 1970, p. 191)¹³.

Da mesma forma, não é um exercício meramente retórico e/ou acadêmico. Prebisch dedicou horas árduas para oferecer alternativas político-administrativas para pensar as trocas e o comércio intrazona. Durante grande parte de seus anos, entre 1957 e 1962, defendeu as propostas de comércio intrazona e mecanismos de pagamento, aspectos elaborados por um grupo de especialistas criado em 1956. Ao mesmo tempo, não perdeu tempo em relatórios confidenciais ou em algumas ocasiões em reuniões, para zombar das críticas do FMI às propostas de uma área de livre-comércio, ou mercado comum, acordos e modelos de compensação de pagamentos (Prebisch, 1957; 1958b; 1958c; 1958d; 1959a; 1959b; 1959c; 1959d; 1959e; 1959f). Vemos também a prudência em superar as ideias sobre o princípio preferencial do comércio entre países – cláusula da nação mais favorecida –, para gerar substituição de importações entre os países latino-americanos, com diferentes graus de

13 “Há sentimentos profundos a favor dessa integração latino-americana. Mas o funcionamento do mercado comum poderia ser irremediavelmente frustrado se, movido por esses sentimentos, não se buscasse a franca coincidência de interesses, a clara reciprocidade de vantagens concretas” (Prebisch, 1959b, p. 14).

transformação em suas respectivas divisões técnicas e sociogeográficas do trabalho – “industrialização” (Prebisch, 1959f) – e simultaneamente lutar por uma abertura nos centros para receber as exportações de manufaturados da periferia, narrativa defendida mundialmente quando atuou como secretário-geral da UNCTAD de 1964 a 69.

A partir de uma lógica e visão muito restritivas, a crítica ao movimento de constituição de um Mercado Comum Latino-Americano, dada a negligência em se pensar a “integração” nos anos 1950 tendo apenas o Mercado Comum Centro-Americano a seu crédito, tende a esquecer a obstrução do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo dos Estados Unidos.

O FMI se opôs a esses esquemas de comércio “preocupado” especialmente com os mecanismos de pagamento e a forma como as garantias seriam estabelecidas para obter as moedas para comprar as importações estrangeiras ao sindicato em questão, reavivando a velha tese da potencial “redução” do comércio com o “estrangeiro”. Isso revela a rejeição ou a incompreensão dos mecanismos de compensação entre os países formulados na Cepal. Foi projetado um mecanismo de crédito para países potencialmente deficitários em seus termos de troca com relação à zona de comércio, mas com certos limites, assim como as especificações da proporção de moedas que seriam ocupadas por alguns dos países pertencentes à zona, como suporte para a conversão externa do “mercado regional”. Para o FMI, essas ideias pareciam focar apenas aspectos restritivos que acabariam limitando, e não ampliando, o comércio interno e externo na zona de comércio em questão. Por outro lado, é o próprio Furtado (1958) quem corrobora a

centralidade assumida pela constituição do mercado comum regional nas ideias de Prebisch (ver sua carta de 9 de junho de 1958 a Roberto Campos).

Na década de 1950, Prebisch falava em destruir “monopólios” e resolver “a posse da terra” (1959c) e a “reforma agrária” (1958a) como forma de criar “mercados”. Isso faz parte do início de uma preocupação com a transformação das assimetrias de poder existentes, que se expressa em *Transformación y desarrollo: la gran tarea de América Latina*, bem como em suas palestras na Columbia University (1971a) e cursos na Cepal (1971b). Uma busca conceitual alternativa para distanciar-se da centralidade do uso das discrepantes “elasticidades-renda da demanda” como suporte para explicar a “insuficiência dinâmica” no desenvolvimento latino-americano. Sem dúvida, a elegante representação matemática da díspar “elasticidade-renda da demanda” entre os vários agentes e respectivos produtos entre o centro e a periferia não é um “erro” por si só. No entanto, percebe-se que Prebisch infere que ela obstrui uma reflexão em torno das relações sociais assimétricas de poder e, portanto, modos de reconfigurar “oferta e demanda”, ou a divisão social e técnica do trabalho.

Esta orientação tanto teórica quanto existencial também não é acidental: o apoio financeiro prometido através da Aliança para o Progresso evaporou-se e, simultaneamente, em 1970, a “teoria da dependência” foi “bem-vinda” na academia anglo-saxã em torno da *American Economic Review* com a publicação em inglês do artigo de Theotônio dos Santos T. (1970), “The structure of dependency”, e por último, mas não menos importante, a eleição de um governo socia-

lista no Chile e o golpe militar ao mesmo tempo. De fato, em suas palestras na Columbia (Prebisch, 1971b), assim como na Cepal (Prebisch, 1971a), ele passa várias horas discutindo as incertas “generalidades” geradas pelo discurso da “dependência”, embora não deixe de sublinhar que a “interdependência” sempre existiu, mas entre partes desiguais (centros e periferias).

A QUIMERA DO EXCEDENTE

Em 1976, por meio da *Revista de la Cepal*, Prebisch passou a publicar os artigos que comporiam o texto *Capitalismo periférico. Crisis y transformación* (1981). Central para o argumento da “teoria global do desenvolvimento” é o conceito de “excedente”, fonte de acumulação e geração dos frutos do progresso técnico, embora, como veremos, a noção de “geração” seja borrada, em algumas ocasiões, como consequência da *desigualdade* entre diferentes estratos sociais.

Mas o conceito é inédito na obra de Prebisch. Sua presença denuncia a crítica que ele fazia ao pensamento clássico, tanto a Ricardo quanto a Marx, com o conceito de mais-valia, ou trabalho excedente como algo “metafísico”, que por sua vez impedia a reflexão sobre a taxa de lucro e a distribuição das remunerações.

Trata-se de elaborar uma explicação em torno do “capitalismo periférico” em que os estratos sociais superiores, detentores dos meios produtivos, se apropriam do excedente sem buscar muito esforço, um impulso cumulativo em que a acumulação é “reprodutiva”, ao contrário da “consuntiva”, noção que se transformou entre 1976 e 1981 em “não reprodutiva”. A sociedade

periférica imita os padrões de consumo do centro, onde o subconsumo da maioria sustenta a existência do excedente, tornando manifesta a “ineficiência social do sistema” (Prebisch, 1981, p. 60).

Entre a publicação de vários artigos e o livro, Prebisch vai refinando várias de suas categorias iniciais. Por exemplo, capital produtivo e de consumo transmutam-se em capital reprodutivo e não reprodutivo, respectivamente; “absorção espúria do trabalho” será posteriormente explicada sob o conceito de “competição regressiva” entre as várias camadas das massas atrasadas: o mecanismo antagônico impede simultaneamente a apropriação dos frutos do progresso técnico mantendo baixas as remunerações e a evaporação da camada técnica espúria para uma de maior formação¹⁴.

A tendência imitativa dominante da periferia de copiar o tipo de acumulação para indústrias não reprodutivas (“consuntivas”), cuja hegemonia obedece a uma demanda diversificada nos centros, dificulta que os frutos do progresso técnico se espalhem para as massas deixadas para trás na periferia. Prebisch supõe que uma maior absorção de mão de obra é possível se forem enfatizadas estratégias de crescimento em torno da “acumulação repro-

14 “A apropriação do excedente econômico é um fenômeno estrutural, pois a posse dos meios de produção, dada a heterogeneidade da estrutura da sociedade, permite aos seus proprietários captar parte importante do aumento da produtividade decorrente do progresso técnico. As sucessivas inovações em que esta última se manifesta não se estendem simultaneamente a toda a economia, mas sim através da sobreposição de novas camadas técnicas de maior produtividade a anteriores camadas técnicas de menor produtividade, tendendo a eliminar as inferiores” (Prebisch, 1985, p. 69).

ditiva”, que tem efeitos multiplicadores positivos em toda a cadeia produtiva.

Falando comparativamente, podemos relacionar o conceito de excedente de Prebisch ao de “mais-valia” de Marx, uma entidade redundante, resíduo além dos “insumos ocupados”, e que pode ser utilizada para diversos fins, seja para expandir a acumulação reprodutiva ou qualquer outra. Esse resíduo tem uma qualidade aditiva. Em Marx, a fonte em questão é “extraída” (no sentido odontológico), durante o processo de trabalho, da classe trabalhadora, dando origem a uma espécie de “mais-trabalho”, enquanto em Prebisch o excedente¹⁵, o resíduo, consegue-se com a incorporação do progresso técnico durante o processo de acumulação de investimento – os empresários, para manter uma certa margem de lucro, podem reduzir os preços unitários, mas se a “luta distributiva” interceder elevando a renda do trabalho, a taxa de lucro também é alcançada elevando os preços.

Em ambos os casos, a qualidade somativa da entidade permitiria distinguir a fonte e a distribuição alternativa devido à “luta distributiva” entre diferentes agentes. Caso a *analogia* seja pertinente, a massa

15 “A formação do excedente é um fenômeno essencialmente dinâmico que acompanha o processo produtivo no curso do desenvolvimento, ou seja, de uma economia que aumenta sua produção. Para entendê-lo, deve-se levar em consideração o fator tempo. [...] Durante o tempo que assim decorre, e ao longo das sucessivas fases do processo, os empresários pagam rendimentos à crescente mão-de-obra que participa no processo produtivo. Após este processo de fabrico, obtêm-se os bens finais, com cuja venda as empresas recuperam os rendimentos pagos nessas sucessivas fases. [...] as receitas pagas hoje são superiores às pagas ontem e recuperadas hoje no final do processo” (Prebisch, 1976, p. 34).

do “trabalho excedente” de Marx (força de trabalho abstrata socialmente necessária) e do “excedente” de Prebisch, consequência do progresso técnico, aparentemente pode ser calculada, somada e subtraída.

Digo “aparentemente” porque Prebisch, às vezes, usa o conceito de “excedente” em outro sentido: o excedente parece surgir (ampliar-se) da “luta distributiva” entre diferentes camadas técnicas (níveis salariais díspares). Neste caso, o conceito de “competição regressiva”, em que o “progresso técnico” seria desnecessário¹⁶. O excedente parece ser gerado devido à competição regressiva (assimetrias de poder entre diferentes agentes) entre camadas técnicas ou salariais díspares: diz-se regressivo porque a luta entre as várias camadas ou salários não faz desaparecer as camadas de renda mais baixa no contexto do surgimento de novas camadas devido ao progresso técnico. A metáfora da escada pode ser útil: os degraus técnicos ou salariais não desaparecem, ao contrário do capitalismo de centro (segundo Prebisch), em que os degraus de renda anteriores durante o processo de acumulação são absorvidos, fazendo desaparecer os agentes que poderiam fazer durar o nível ou piso salarial anterior. Conquista-se uma competição “progressiva” ou “positiva”: as novas camadas salariais partem de um novo piso salarial. Em contraste,

16 “O excedente representa aquela parte dos aumentos de produtividade que, por não ser transferida para a grande massa da força de trabalho, devido à heterogeneidade da estrutura social, é apropriada principalmente pelos estratos superiores da primeira, que concentram a maior parte dos meios produtivos” (Prebisch, 1981, p. 107).

a competição regressiva na periferia gera uma tendência de queda na renda do universo social em questão. Nesta explicação, a enganosa semelhança com a figura do “exército de reserva” de Marx para conter os salários é equivocada porque a noção de Marx assume um exército de reserva “relativo”, aparece e desaparece, e a evolução da acumulação o absorve, até o próximo ciclo.

Além disso, em Prebisch, a noção de competição regressiva é possível desde que se utilize o universo social em que seus degraus não sejam diluídos, existindo um abaixo na mesma faixa tecnológica, ou de renda¹⁷. A apropriação do extra, do residual, do excedente depende da exis-

tência de uma massa monetária maior em cada ciclo ou processo, para poder “capturar” o fruto do progresso técnico, via aumento da renda ou diminuição dos preços. A cada ciclo, os empresários pagam uns aos outros os benefícios, uma vez cobertos os custos unitários de produção, acrescentando um porcentual ao seu lucro. Essa explicação é possível quando Prebisch teoriza o lucro e os preços por meio de um mecanismo de representação *uniforme*. Quando se utiliza a noção de “excedente”, perde-se a possibilidade “aditiva” do valor em jogo: a conexão monetária entre “lucro” e excedente torna-se mística, “metafísica”, como dizia Prebisch em relação a Marx sobre o valor como constituinte da força de trabalho. A massa *nebulosa* do “excedente” nos impede de saber qual setor ou ramo produtivo capta ou gera excedente.

Na obra de Prebisch, a concepção do processo antagônico pelo qual se realiza a distribuição dos frutos do progresso técnico (a “luta distributiva”) sempre foi central, e nessa ocasião torna-se problemática a incorporação do conceito de excedente. A defesa ou expansão do superávit pelos setores “superiores” pode começar pela expansão ou “inflação” do signo monetário pela autoridade monetária, tentando apaziguar os agentes em conflito, para manter a relação de preços passada entre os agentes em questão. Mas, segundo Prebisch, a luta distributiva leva a uma “crise do sistema”, pois a “inflação social” só pode ser contida com intervenção autoritária.

Entretanto, não conhecemos a relação ou proporção entre uma “partícula” ou unidade de excedente e o lucro, ou sua relação com a massa de dinheiro em cir-

17 “Essa demanda [mão-de-obra] favorece principalmente aqueles grupos que possuem as qualificações crescentes exigidas pela técnica (incluindo aqueles que dizem respeito à organização cada vez mais complexa dos processos produtivos). A oferta é inerentemente limitada em tais grupos, e a força de trabalho correspondente tem a capacidade de compartilhar espontaneamente o aumento da produtividade. Mas à medida que você desce na escala de habilidades, a oferta de trabalho torna-se relativamente abundante. Ocorre, pois, que quando essa mão-de-obra é empregada em novas camadas técnicas de produtividade crescente, essa oferta relativamente abundante impede que suas remunerações cresçam correlativamente. Denominamos excedente econômico aquela parte do aumento de produtividade que, devido a essa concorrência regressiva, é apenas parcialmente ou não transferida para a força de trabalho e, portanto, permanece nas mãos dos proprietários dos meios de produção. [...] Cabe esclarecer que o excedente, que deriva em última instância do progresso técnico, engloba ao mesmo tempo o lucro, o juro do capital e a renda fundiária. Deve-se ressaltar também que ao superávit se somam os lucros que não advêm diretamente do progresso técnico, mas de frequentes desvios das leis de mercado, como as restrições internas ou internacionais à concorrência, bem como o bojo inflacionário do superávit. [...] Nessa heterogeneidade estrutural, a distribuição do poder é de fundamental importância. A apropriação de excedente dos grupos sociais favorecidos está alicerçada no poder econômico para fazê-lo, dado pela posse dos meios produtivos e pelo poder político para sustentar esse processo” (Prebisch, 1985, pp. 69-70).

culação. Voltamos de maneira semelhante ao misticismo da economia política clássica (Ricardo e Marx), ao tentar especificar a “transferência”¹⁸ de uma certa força de trabalho abstrata (a parte “alíquota”) entre vários empresários com composições orgânicas díspares¹⁹.

Em tempos anteriores, Prebisch dedicou muitas páginas para explicar as “relações de preços” entre os vários setores sociais, bem como os respectivos “termos de troca” entre centros e periferias devido ao antagonismo distributivo das relações de poder assimétricas contingentes. Por outro lado, disse em diversas ocasiões que “a deterioração dos termos de troca” não é uma lei natural, e que, mesmo em algumas ocasiões, a “deterioração” não era necessariamente negativa se fosse compensada por outros aspectos que fomentassem uma transformação da divisão técnica e a geografia do trabalho.

Embora Prebisch reitere a tese de que a economia não dispõe de mecanismos para mensurar a parte “alíquota” do benefício correspondente a cada empresário²⁰, e isso requer uma discussão ético-política (Prebisch, 1993, pp. 359-60), com a noção de superávit, desaparece algum tipo de mecanismo “contábil” para se pensar a mensuração da distribuição de renda e/ou subsídio a setores específicos. Ele propõe, no entanto, que consideremos o “excedente” como pertencente ao conjunto da sociedade e que, em outro tipo de organização, sua geração e distribuição serão uma importante tarefa política²¹.

CONCLUSÕES

As linhas anteriores tentaram resgatar certas posições teórico-políticas sobre a obra de Prebisch, que, paradoxalmente, foram

18 “Embora o excedente circule e se mexa na dinâmica do sistema, há um caso muito importante, onde o excedente não se movimenta, mas tende a se enraizar e se cristalizar no valor da terra, por assim dizer. A terra é um meio produtivo de disponibilidade limitada em que aparece o fenômeno característico da renda, tanto rural quanto urbana. O aumento da demanda, decorrente, em última instância, do aumento da produtividade e do crescimento populacional, é direcionado em parte para os produtos da terra e aumenta sua renda [...]. Ressalte-se, porém, que assim parte do fruto da maior produtividade de todo o sistema vai para os latifundiários, pelo simples fato de terem em suas mãos a escassa terra” (Prebisch, 1981, p. 114).

19 “É importante fazer uma distinção conceitual entre o lucro correspondente ao aumento da produtividade e que forma gradativamente o superávit global e aqueles derivados da diversificação da produção. O excedente, com efeito, é incorporado à demanda global, cresce e circula continuamente. É tanto que esse ganho constitui um fenômeno transitório. De fato, quando os processos de fabricação são divulgados e novos bens, ou novas formas de bens, são continuamente apresentados ao mercado devido ao processo de diversificação, tais ganhos são reduzidos pelo deslocamento da demanda para este último” (Prebisch, 1981, p. 113).

20 Em 1948, Prebisch insistia que *a competição, ou antagonismo*, entre empresários é importante, mas sua função não é “diminuir o montante do lucro *total* que é dado por outros fatores, mas sim estabelecer a forma como o lucro é distribuído *entre* os empresários” (Prebisch, 1993, p. 355, grifos meus). O valor do benefício é dado pelos dois fenômenos: atividade produtiva e monetária, a concorrência não altera o “*valor* ou as variações” mas sua *distribuição* “dentro do grupo de empresários” (Prebisch, 1993). Por outro lado, o benefício é algo “concomitante” aos fenômenos do ciclo e “a livre-concorrência nada tem a ver com isso” (Prebisch, 1993), apesar da diminuição do lucro ser determinada pela concorrência existente entre os empresários.

21 “Sendo o excedente a parte do fruto do progresso técnico que não é transferida para a força de trabalho devido à grande heterogeneidade da estrutura social da periferia, pode-se pensar que o excedente corresponde à força de trabalho. Que força de trabalho? Aquela que é empregada com maior produtividade através da acumulação de capital? Vamos admitir isso por um momento. Se o excedente fosse transferido para eles no jogo das relações de poder, isso não resolveria o problema da acumulação, pelo contrário, agravaria e acentuaria a tendência excludente do sistema, em grave prejuízo para os estratos inferiores” (Prebisch, 1981, p. 33).

ocultadas pela divulgação de seu nome nas discussões sobre os fracassos ou sucessos da política de “industrialização” na região latino-americana nos anos 1950-70, especialmente no mundo anglo-saxão: não só o considerou senso comum diante das circunstâncias históricas, promovendo-o com grande empenho técnico e teórico dentro de uma projeção macroeconômica planejada e um dos mecanismos para se pensar opções para a economia integrada regionalmente.

Por outro lado, a sua própria reflexão teórica e diagnóstico da economia regional à luz da “insuficiência dinâmica” para integrar as massas atrasadas levam-no a construir uma perspectiva que incorpora os melhores elementos do liberalismo e do socialismo oitocentistas. Salientei, em particular, que o conceito de “excedente” apresenta uma série de ambiguidades teóricas que sua própria obra havia superado na década de 1945. No entanto, e apesar disso, a narrativa de 1970 em diante observa importantes frutos do progresso teórico: a crítica do capitalismo periférico por suas características imitativas do centro coloca a reflexão sobre a tarefa que corresponde ao “mercado” no centro da discussão:

“Para mim, o mercado não é bom nem mau, nem justo ou injusto; são as forças

por trás do mercado que lhe dão o seu caráter. Se há uma distribuição desigual da qual surge uma demanda desigual que favorece certos grupos sociais em detrimento de outros, naturalmente o mercado funciona mal; mas não é o mercado em si, são as forças por trás dele” (Prebisch, 1982c, pp. 105-6).

Daí surge a insistência de observar a sociedade de consumo privilegiada da periferia em termos sociológicos e o exame das relações assimétricas de poder pensando em termos de centros e periferias entre nós. De fato, o livro *Capitalismo periférico...* torna-se um dos livros mais “estruturalistas”: a diversidade e heterogeneidade dos agentes e a luta distributiva entre eles são o núcleo explicativo da evolução histórica que domina os melhores momentos da narrativa, o que, a meu ver, não requer o conceito de excedente. Vale ressaltar que minha crítica ao conceito talvez possa ser considerada deslocada quando a relaciono com a noção de “mais-valia” de Marx, porém, é interessante mencionar que, tendo examinado os rascunhos dos manuscritos anteriores dos artigos que culminam no livro de Prebisch, consegui encontrar a categoria de “mais-valia” onde ela aparece posteriormente como “excedente”²².

22 Examinei os arquivos de Prebisch da Biblioteca da Cepal (Santiago do Chile).

REFERÊNCIAS

- DOSMAN, E; POLLOCK, D. "Hasta la UNCTAD y de regreso: divulgando el evangelio, 1964-1968", in J. Lora; C. Mallorquin (orgs.). *Prebisch y Furtado: el estructuralismo latinoamericano*. Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades/Buap, 1999.
- DOS SANTOS, T. "The structure of dependency". *American Economic Review*, 60, n. 2, 1970, pp. 231-36.
- FURTADO, C. *Correspondência intelectual. 1949-2004*. Org. e notas Rosa Freire d'Águar. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.
- MAGARIÑOS, M. *Diálogos com Raúl Prebisch*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MALLORQUIN, C. "Textos para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch". *Cinta de Moebio. Revista de Epistemología de Cs. Sociales*, 25, 2006.
- MALLORQUIN, C. *Relatos contados desde la periferia: el pensamiento económico latinoamericano*. México, Plaza y Valdés, 2013.
- PREBISCH, R. "La moneda y los ciclos económicos en la Argentina" [1944], in R. Prebisch. *Obras 1919-1948*, vol. III. Buenos Aires, Fundación Raúl Prebisch, 1991a.
- PREBISCH, R. "Teoría del interés a largo plazo" [1944], in R. Prebisch. *Obras 1919-1948*, vol. III. Buenos Aires, Fundación Raúl Prebisch, 1991b.
- PREBISCH, R. "Cotejo entre el esquema clásico y la realidad cíclica" [1948], in R. Prebisch. *Obras 1919-1948*, vol. IV. Buenos Aires, Fundación Raúl Prebisch, 1993.
- PREBISCH, R. "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas" [1949], in A. Gurrieri. *La obra de Prebisch en la Cepal*. Tomos I y II. México, FCE, Lecturas del Trimestre Económico, 1982a.
- PREBISCH, R. "Exposición del Dr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva, en la sesión inaugural el 19 de noviembre de 1956", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1957.
- PREBISCH, R. "Soviet challenge on American leadership: America's role in helping developing countries", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1958a.
- PREBISCH, R. "Exposición del Dr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la Cepal, en la sesión inaugural del Grupo de Expertos en Mercado Regional, el día 3 de febrero de 1958", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1958b.
- PREBISCH, R. "Exposición del Sr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva, en la sesión inaugural del 7 de abril de 1958", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1958c.
- PREBISCH, R. "Pagos multilaterales en una política de mercado común latinoamericano: discurso pronunciado por el Dr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la Cepal, el día 25 de noviembre de 1958", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1958d.
- PREBISCH, R. "Commercial policy in the underdeveloped countries (from the point of view of Latin America)" [1959], in A. Gurrieri. *La obra de Prebisch en la Cepal*. Tomos I y II. México, FCE, Lecturas del Trimestre Económico, 1982b.
- PREBISCH, R. "Exposición confidencial del Dr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la Cepal, en la sesión inaugural de la segunda Reunión del

- Grupo de Trabajo del Mercado Regional Latinoamericano, el 16 de febrero de 1959 en México, D.F.", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1959a.
- PREBISCH, R. "El mercado común latinoamericano. Exposición del Sr. Prebisch en la segunda reunión del Comité Especial para estudiar la formulación de nuevas medidas para la cooperación económica de la OEA", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1959b.
- PREBISCH, R. "Exposición del Dr. Raúl Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la Cepal, en la primera plenaria el 15 de mayo de 1959, Panamá", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1959c.
- PREBISCH, R. "Mercado común latinoamericano. Exposición del Dr. Prebisch en la Reunión de Consultas de Política Comercial, que se efectuó en la sede de la Universidad Central de Venezuela, durante la primera semana de mayo de 1959". *Economía Gran Colombiana*, año 1, vol. 1, n. 1, 1959d, pp. 43-51.
- PREBISCH, R. "Discurso pronunciado por el Dr. Prebisch, director principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la Cepal", in *Discursos, declaraciones y documentos (1952-1963)*. Tomo II. Santiago de Chile, Cepal, 1959e.
- PREBISCH, R. *El mercado común latinoamericano. E/CN.I2/53I*. México, D. F., 1959f.
- PREBISCH, R. *Transformación y desarrollo. La gran tarea de América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1970.
- PREBISCH, R. *Tercera clase*. Santiago, Documentos Cepal, 1971a.
- PREBISCH, R. *Prospects: lectures at the Columbia University*. New York, Columbia University, 1971b.
- PREBISCH, R. "Crítica al capitalismo periférico". *Revista de la Cepal*, primer semestre/1976.
- PREBISCH, R. "Estructura socioeconómica y crisis del sistema". *Revista de la Cepal*, segundo semestre/1978.
- PREBISCH, R. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- PREBISCH, R. "Crisis del capitalismo y la crisis de las teorías económicas", in F. H. Cardoso; R. Prebisch; R. Green. *En torno al estado y al desarrollo*. México, Nueva Imagen y Centro de Estudios del Tercer Mundo, 1982c.
- PREBISCH, R. "La periferia latinoamericana en la crisis global del capitalismo". *Revista de la Cepal*, n. 26, 1985.